



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 05

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA

EM 4 DE MARÇO DE 2020

ÍNDICE

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
ORDEM DO DIA	17
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA	17
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES	17
3. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:	
3.1 PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A “EMPREITADA DE MODERNIZAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL” – PROC.º I-04/20/CP:	
– RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DE PRONÚNCIA SOBRE OS ERROS E OMISSÕES/APROVAÇÃO DO NOVO MAPA DE QUANTIDADES DE TRABALHO	17
3.2 PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS” - PROCESSO N.º 168/20:	
– RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DE PRONÚNCIA SOBRE OS ERROS E OMISSÕES/APROVAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS	18
3.3 PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A “EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE UTILIZAÇÃO COLETIVA – POLIDESPORTIVO DE ALCOCHETE” – PROC.º I-50/19/CP: CADUCIDADE DE ADJUDICAÇÃO - PRONÚNCIA (AUDIÊNCIA PRÉVIA).....	19
3.4 APROVAÇÃO DO MAPA DE FLUXOS DE CAIXA 2019	19
3.5 ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE UTILIZAÇÃO DOS COURTS DE TÊNIS DO PARQUE DESPORTIVO DO VALBOM.....	21
4. APOIOS FINANCEIROS.....	21
5. INFORMAÇÕES	21
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE.....	27
ENCERRAMENTO	27

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes a senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Jorge Manuel Pereira Giro, Estêvão António das Neves Boieiro, Vasco André Marques Pinto e Pedro Miguel Abreu Louro.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, o senhor presidente informou que, de acordo com o já transmitido, no próximo dia 23 de março, pelas 10h30, será levada a efeito a visita institucional à ETAR que contará com a presença do Dr. António Ventura, presidente do Conselho de Administração da Amarsul. Para o efeito e por uma questão de contensão de recursos humanos, deu indicações para que fosse indicado um membro de cada uma das bancadas representadas na Assembleia Municipal, para representação desta na referida visita.

Seguidamente e relativamente ao momento que se está a viver em todo mundo e em particular no nosso país, devido à estirpe “Coronavírus”, informou que no passado dia 2 de março, foi publicado um despacho em “Diário da República”, proveniente dos Gabinetes dos senhores Ministros da Modernização do Estado, da Administração Pública do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde que ordena às entidades empregadoras, nomeadamente às entidades públicas, a elaboração de um Plano de Contingência, alinhado com as orientações emanadas pela Direção Geral da Saúde, no âmbito da prevenção e controlo da infeção pelo novo Coronavírus, designado tecnicamente, por COVID-19. Assim, de acordo com as orientações emanadas, a autarquia tem vindo a trabalhar, nas últimas semanas, no seu Plano de Contingência, tendo o mesmo sido enviado, no dia de hoje, a todos os

coordenadores. Para o dia de amanhã, convocou, com carácter de urgência, a Comissão Municipal de Proteção Civil para, em exclusivo, abordar e discutir o assunto e verificar da necessidade de, eventualmente, cancelar eventos e procedimentos que possam ser tomados. No decorrer do Conselho Municipal de Segurança, que ocorreu na presente semana, foi partilhado entre todos a dificuldade já existente em adquirir material de proteção (máscaras e outros produtos). Em termos de desinfetante, já se procedeu à encomenda de 200 garrafas de 250 ml de álcool e 150 borrifadores para distribuir pelos vários serviços. No que diz respeito a equipamentos de proteção individual, tem havido uma dificuldade acrescida em adquirir estes, porque estão em completa rutura de *stocks* em várias empresas, conseguindo-se apenas adquirir uma caixa com cerca de 20 máscaras. Contudo, no armazém da câmara verificou-se a existência de alguns *kit's* para aplicação de produtos fitofarmacêuticos, que não sendo os mais indicados, poderão ser utilizados para esta matéria, tendo em conta que os mesmos já não são aplicados.

Informou ainda, que o Serviço de Proteção Civil e o Setor de Higiene e Segurança no Trabalho estão a trabalhar em conjunto e que certamente na reunião marcada com carácter extraordinário da Comissão Municipal de Proteção Civil, será analisado de forma mais detalhada e pormenorizada esta questão, no sentido de, serem retiradas algumas conclusões de acordo também com as medidas que têm sido assumidas, paulatinamente por outras autarquias, ou seja, encontrar as melhores soluções para contornar esta adversidade, que assolou o mundo e, em particular o nosso país, embora ainda, numa escala reduzida, mas esperando que não aumente.

Posteriormente, relativamente à obra de “Requalificação do Miradouro Amália Rodrigues”, referiu que, como é do domínio público, por incumprimento da empresa contratada para a empreitada a autarquia rescindiu contrato, tendo esta colocado uma providência cautelar, à qual a autarquia respondeu com uma refutação devidamente fundamentada. Nessa instância, a autarquia não só ganhou a causa, como no despacho do Tribunal, a senhora juíza avançou que existe uma fraca possibilidade de na ação principal não ser assistida razão à câmara, portanto, tudo indica que na ação principal se obterá razão por parte do Tribunal, pelo que, na

próxima reunião de câmara se deverá avançar com o procedimento concursal para finalizar esta obra.

Por solicitação do senhor presidente, o senhor vereador Pedro Lavrado informou que, efetivamente o Tribunal indeferiu a providência cautelar que foi interposta pelo empreiteiro Consdep, S.A. contra a resolução do contrato que a autarquia rescindiu em agosto de 2019, por incumprimento dos prazos contratuais, dando conhecimento da parte final da sentença:

«Perante o exposto, temos de concluir que não existe uma probabilidade forte de a ação principal vir a proceder, nomeadamente, com fundamento na alegada pretensão de formalidade da audiência dos interessados e no invocado erro no Caderno de Encargos não podendo concluir com base numa apreciação global e sumária própria da tutela cautelar, pela existência de uma probabilidade forte da ação principal vir a proceder. A providência cautelar requerida não pode ser adotada por não se verificar um dos requisitos cumulativos de que a Lei faz depender a sua concessão.

Nos termos e pelos fundamentos enunciados, julgo improcedente o presente processo e, conseqüentemente recuso decretamente a providência cautelar requerida.»

De seguida, o senhor presidente informou que no passado dia 2 de março, recebeu um telefonema por parte do gabinete do senhor Primeiro-Ministro a convidá-lo para estar presente numa reunião marcada com carácter de urgência para abordar a temática do Aeroporto Complementar de Lisboa, com a informação que nessa reunião também iriam estar presentes outros municípios. Assim, na presente data, compareceu, tendo-o acompanhado à reunião o senhor vereador Pedro Lavrado. Registou o agrado pelo convite, dado poder abordar pela primeira vez o assunto com quem de direito. Também estiveram presentes o senhor Chefe de Gabinete, o senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação e o senhor Secretário de Estado Adjunto das Comunicações.

Assim, no seguimento desta reunião, deu conhecimento de uma declaração que o executivo assumiu e que será distribuída pelos órgãos de comunicação social, de forma a torná-la pública, salientando que o executivo se viu na contingência de efetuar esta declaração porque o assunto do aeroporto tem sido abordado por um conjunto de entidades, que muitas vezes não se pronunciam de forma correta quanto ao que têm sido os pareceres ou opiniões do executivo, sobre um assunto que é importantíssimo para o concelho de Alcochete.

A referida declaração tem o seguinte teor:

«Caros munícipes,

O assunto “Aeroporto Complementar de Lisboa – ACL” tem sofrido várias interpretações apontadas ao executivo do nosso município que muitas das vezes ou são distorcidas ou não correspondem integralmente à verdade. Desta forma, importa esclarecer alguns aspetos que entendemos serem fundamentais neste processo.

Considerando a importância nacional deste projeto e tendo sido o mesmo apresentado a este executivo como um dado adquirido, competia-nos, de acordo com as funções que desempenhamos, defender intransigentemente os interesses supremos das nossas populações e do concelho que orgulhosamente representamos. Por isso, formalizámos em tempo útil um caderno de encargos que visasse potencializar os aspetos positivos e mitigar os impactes negativos que entregamos nos Ministérios respetivos.

Mais tarde e por solicitação da Agência Portuguesa do Ambiente, depois de discutido e votado por maioria em reunião de câmara, aprovámos condicionalmente, ao cumprimento do nosso Caderno de Encargos, o parecer que nos foi solicitado sobre o Projeto de Estudo de Impacte Ambiental e respetivas acessibilidades. Importa referir, que mais uma vez, não esteve em causa a localização do ACL.

Hoje, participamos numa reunião convocada pelo senhor Primeiro-Ministro, que começou por afirmar de forma inequívoca, que o que está em questão não é a

localização do ACL, mas sim as condições necessárias para a implementação do presente projeto.

Reforçamos a importância do nosso contributo sobre esta matéria plasmado no Caderno de Encargos anteriormente entregue e reafirmamos que, acima de qualquer interesse, estará sempre o nosso território e a população que representamos.

No futuro, se existir necessidade de nos pronunciarmos formalmente sobre a localização do ACL, entendemos que devem ser criadas as condições para que a nossa população possa manifestar a sua vontade que respeitaremos inequivocamente e disso demos nota ao senhor Primeiro-Ministro.»

O senhor presidente, ainda referiu que considera o presente comunicado objetivo e conciso, julgando que todos percebem aquilo que está escrito, correspondendo integralmente àquilo que tem sido o percurso do executivo que se orgulha de presidir ao longo destes cerca de dois anos e meio.

O senhor vereador Pedro Louro considera pertinentes as afirmações presentes na declaração, dado que nunca foi pedida a opinião do município sobre a localização do aeroporto, tendo apenas se pronunciado sobre o Estudo de Impacte Ambiental, tendo como um dado adquirido a sua localização na Base Aérea n.º 6.

Relativamente ao Miradouro “Amália Rodrigues”, questionou se os fundos se manterão ativos dado que se irá lançar um novo procedimento concursal.

De seguida, no seguimento da visita efetuada pelo executivo em funções à Escola do Valbom, solicitou informação sobre o ponto de situação da obra, nomeadamente se a mesma estará pronta no verão.

Em relação à obra de “Requalificação da Rua do Láparo”, questionou quando ficará concluída, dado parecer que está a andar devagar. Referiu também, que se verificam constrangimentos para os moradores da zona causados pelo ruído, pelo pó e pelos buracos.

Informou que a iluminação pública no Samouco, junto ao Centro de Saúde, se está a desligar por volta das 06h00, ficando por isso, a zona completamente às escuras, porque o sol nasce às 07h00, o que contribui para acarretar um sentimento de insegurança aos moradores locais.

O senhor presidente, relativamente à obra do "Miradouro Amália Rodrigues" referiu que existiu uma articulação (que considera quase que perfeita) com a CCDR-LVT, no sentido de se manter dinâmica e viva a candidatura com uma reprogramação que foi efetuada de forma a garantir o procedimento concursal, esperando que a obra esteja concluída de acordo com aquilo que foi a reprogramação da respetiva candidatura, que irá sensivelmente até ao final de novembro.

Em relação à visita que foi efetuada à Escola do Valbom, o senhor presidente referiu que o executivo se fez acompanhar da empresa que está a proceder à fiscalização da obra, pelos técnicos da autarquia e pela empresa que está a desenvolver a obra, tendo ficado muito agradado com o evoluir da mesma. Foi-lhe garantido pela empresa e inclusivamente pela empresa fiscalizadora que estará assegurado o *términus* da obra antes do início do próximo ano letivo. O que tiveram oportunidade de observar no local confortou-os e deu-lhes ânimo, por considerarem ser um enorme contributo, que naquele estabelecimento de ensino deixe de existir lista de espera para o pré-escolar e que as crianças deixarão de estar instaladas em contentores.

Relativamente à rua do Láparo, referiu que naturalmente todas as obras trazem incómodo (no verão é porque faz pó, se for no inverno é porque faz lama). Considera que, tendo em conta a situação confortável em que se encontra hoje economicamente o país, as empresas sérias e cumpridoras nas suas obrigações não chegam para as encomendas, tornando muito difícil haver um planeamento rigoroso e cumpridor de uma obra. Esta obra é alvo de uma candidatura que financia substancialmente o investimento e tem prazos para cumprir, pese embora se possam realizar programações.

Salientou, que esta é uma rua que não pode ser estancada na sua totalidade, por existirem várias urbanizações na zona. Informou que, por forma a minimizar ou para mitigar os impactos negativos que a obra possa proporcionar, nomeadamente, a poeira, foram dadas indicações aos serviços para procederem à pulverização da estrada com água, contudo, também está previsto que nesta primeira quinzena de março, comecem os trabalhos de colocação do alcatrão que de alguma forma irá minimizar o impacto existente. Informou ainda, que as infraestruturas vão ser colocadas ao nível do subsolo, tendo havido por isso, a necessidade de desligar e ligar as infraestruturas aéreas existentes, fazendo com que se ficasse dependente de algumas operadoras que demoraram a efetuar os trabalhos.

Quanto à questão da iluminação pública e particularmente junto ao Centro de Saúde do Samouco, informou que o senhor vereador Vasco Pinto irá verificar a situação junto da EDP, considerando que provavelmente, deverá ter havido alguma desregulação do relógio.

O senhor vereador Jorge Giro, quanto à ETAR, sugeriu que o executivo alargasse as visitas às escolas, dando-lhes a oportunidade de verem o produto final que é descarregado no Tejo e assim se acabar com o estigma de que aquilo é só esgoto.

De seguida, em relação ao aeroporto referiu que na última reunião de câmara colocou a questão ao senhor presidente sobre se este iria aproveitar ainda o atual diploma legal para dar um parecer definitivo e negativo ao aeroporto, tendo o senhor presidente referido que desconhecia o diploma. Parece que o mesmo foi uma novidade para toda a gente, inclusivamente para o senhor Primeiro-Ministro, daí ter a necessidade de efetuar este périplo de reuniões com todos os autarcas atingidos de forma ambiental ou territorial por aquela infraestrutura, considerando que esta deveria ser a primeira medida a ser tomada antes de tomar qualquer decisão por parte de quem gere os destinos do país. Assim, os autarcas que eram a favor mantiveram a sua posição e os que eram contra reiteraram a sua posição.

Não encara esta solução da Base Aérea n.º 6 como uma solução sem retorno, embora reconheça que os interesses das grandes empresas estejam a fazer uma

grande pressão, condicionando não só o Governo, como também alguns autarcas. Considera que não é a melhor solução, nem para o país, nem para a nossa região, nem para o nosso concelho.

Referiu considerar incoerente e até mesmo um contrassenso o parecer dado de condicionado favorável, tendo em conta as afirmações apenas à ata de 10 de setembro de 2019, onde o senhor presidente afirma que: “Jurei a mim mesmo quando tomámos posse, seguido do juramento legal, estar aqui para zelar pelos interesses da minha gente e da minha terra” (a minha terra entenda-se o concelho na sua generalidade). Estão aqui para defender os interesses da nossa gente e da nossa terra e isso é inquestionável. Entende que, naturalmente, ninguém quer ter sobre a sua cabeça um aeroporto, todos desejariam outras coisas, como por exemplo, que aqui perto do concelho se fizesse antes a construção de uma cidade aeroportuária”, ou seja, não percebe quem não quer ter o aeroporto aqui perto e que até prefere ter o aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete, que não assuma publicamente essa decisão e esteja favorável à construção deste aeroporto na BA6, sabendo que, com base em todos os estudos técnicos, inclusive o Estudo de Impacte Ambiental, que tudo o que é negativo é bem superior a algumas vantagens que possa trazer para o nosso município.

Tendo em conta as afirmações referidas na ata, considera que melhor se aplicava parecer negativo condicionado do que o parecer favorável condicionado. Agora, colocar a questão à opinião pública, isto é, serem os munícipes a tomar a decisão pelo executivo para se saber se estão ou não de acordo que o aeroporto seja instalado na BA6, considera que é uma decisão confortável para o mesmo.

O senhor presidente, relativamente à ETAR, informou que as escolas visitam esta com regularidade e no ano letivo transato isso aconteceu com alguma frequência. No presente ano ainda não aconteceu, mas está previsto que volte a acontecer tal como no ano anterior.

Quanto ao aeroporto, referiu que o que foi solicitado à autarquia é que se pronunciasse sobre o projeto de Estudo de Impacte Ambiental e respetivas

acessibilidades do novo Aeroporto, pelo que não podia responder sobre outra coisa. Na altura (10 de setembro de 2019) teve o cuidado referenciar que o que se estava a discutir não tinha nada a ver com a localização do aeroporto, até porque a localização deste foi definido aquando do XIX Governo Constitucional, sendo por isso, para si um não assunto. Ainda referiu que o parecer foi discutido por todos os elementos que compõem o executivo e quem quis deu os seus contributos para o mesmo, no sentido de defender o nosso território e os interesses da nossa população.

Quando formalmente, este ou outro Governo questionar a autarquia sobre a localização do aeroporto, entende que não terá que ser o executivo ou o presidente da câmara a tomar essa decisão, porque não foi mandatado pela população para o efeito, tanto mais que, no seu compromisso eleitoral não constava a questão do aeroporto, entendendo assim, que deve ser a população a afirmar qual é a sua vontade e disso foi dado conhecimento ao senhor Primeiro-Ministro.

Considera que o aeroporto é um grande investimento para o país e para a região, não estando em causa ser ou não na BA6 e, aquilo lhes compete é manterem-se atentos e despertos no sentido de aproveitar as oportunidades que venham a surgir e mitigar os aspetos negativos que possam advir, porque qualquer investimento desta natureza tem sempre aspetos bons e maus.

O senhor vereador Jorge Giro referiu que não é necessário fazer discursos sobre o assunto. Na ata de 10 de setembro de 2019 onde foi aprovado o parecer favorável condicionado, aprovado favoravelmente por todos os eleitos, exceto pelos eleitos pela CDU, é público que pelo senhor presidente vai existir aeroporto na BA6, portanto o inquérito a fazer à população não vale de nada, porque, tendo em conta as suas palavras a decisão já está tomada. Considera que o senhor presidente se esquece que existe uma Lei que toda a gente quer ultrapassar (não podemos cumprir a Lei, altera-se a Lei) que pode condicionar a instalação do aeroporto na BA6.

O senhor presidente tem essa posição que é legítima, como a posição de outros presidentes de câmara como os da Moita e do Barreiro também é. Não concorda nas

afirmações plasmadas em ata quando diz que a Moita é um problema da Moita e do Barreiro é um problema do Barreiro, porque se deve olhar para o território. Para além disso existe uma associação de municípios da região, para defender um todo e tem que haver uma certa solidariedade, pelo que o problema da Moita e do Barreiro é um problema da região e esses presidentes que têm outra posição, irão fazer tudo e lutar para que esta solução BA6 possa ser alterada para aquilo que eles entendem ser o melhor para o concelho, região e país.

O senhor presidente questionou o que o senhor vereador Jorge Giro não percebia da afirmação: “No futuro, se existir necessidade de nos pronunciarmos formalmente sobre a localização do Aeroporto Complementar de Lisboa, entendemos que devem ser criadas as condições para que a nossa população possa manifestar a sua vontade, que respeitaremos inequivocamente.”

O senhor vereador Jorge Giro referiu que o futuramente, é agora, que este é o momento de ir ainda a tempo de fazer alguma coisa e não estar resignado, porque ainda se pode fazer alguma coisa e de acordo com o que está plasmado em ata de que “não quer ter aviões a passar sob a sua cabeça”, então deve tomar a posição para que seja no Campo de Tiro.

O senhor presidente referiu que há mais de 15 anos ficou definido que o Aeroporto Complementar de Lisboa, seria sempre Portela+1, senão acabava-se com a Portela. Reiterou que o que foi solicitado foi o parecer sobre o Estudo de Impacte Ambiental e respetivas acessibilidades e era sobre isso que tinham que se pronunciar, dado que nunca ninguém questionou o executivo sobre a localização do aeroporto.

O senhor vereador Pedro Louro realçou que se aeroporto for construído no Campo de Tiro terá que se pagar a retirada deste daquele local, mas se for na BA6 ainda se tem outras bases aéreas no país. Não existindo mais nenhum Campo de Tiro tornar-se-á necessário construir outro, com tudo o que isso acarreta.

Referiu que o PCP tem que assumir as suas responsabilidades se o investimento do aeroporto não for instalado na península de Setúbal, dado que Alverca quer lá o

aeroporto assim como Ota. Quando, em 2011 com o Governo de José Sócrates, foi falado localizar no Campo de Tiro, a decisão era para fechar a Portela, fazendo um aeroporto nas Faias, mas isso ficou fora de questão, assim como o comboio de alta velocidade para ligar Lisboa a Madrid e a terceira ponte sobre o rio Tejo.

Considera que, se a população for questionada, talvez o PCP tenha uma surpresa com aquilo que os alcochetanos ou residentes querem, dado que Alcochete tem o dobro da população. Salientou que, votou favoravelmente o Estudo de Impacte Ambiental porque a localização do aeroporto era um dado adquirido, desde 2014, sob proposta do senhor Ministro Manuel Pires de Lima, do Governo PSD e que tinha como Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho. Foi tomada a decisão de aproveitar a BA6 como complementar, por não haver condições para fazer um aeroporto de raiz no Campo de Tiro. Referiu também, que o senhor vereador Jorge Giro deve explicar quando afirma que existem interesses, porque ele não tem um centímetro de terreno, nem no Montijo, nem em Alcochete, não indo, pessoalmente, ganhar nada com isso.

O senhor vereador Estêvão Boieiro lembrou o senhor presidente que os eleitos da CDU entregaram um documento com as reivindicações que queriam ver explanadas no caderno reivindicativo do município, na hipótese do prolongamento do aeroporto Humberto Delgado na Base Aérea n.º 6, sendo que uma delas, era a reativação de todas as valências que foram retiradas e a criação de outras no Hospital do Montijo, com reforço das equipas médicas e enfermagem, tendo o senhor presidente falado sobre esta reivindicação no “Jornal do Distrito”.

O senhor vereador Jorge Giro mencionou que este assunto era uma discussão eterna, porque se o senhor presidente não se importa que o aeroporto seja na BA6, ele importa-se bastante, sendo portanto nisto que se verifica a extremidade das duas posições. Ainda referiu que quando no Campo de Tiro eram efetuados os ensaios balísticos com bombas de grande peso e potência, que acordavam a população com o barulho dos mesmos e, quando estava previsto o alargamento para mais ensaios europeus, houve na altura uma tomada de posição, pela câmara municipal, sob a presidência de Miguel Boieiro, tendo os alcochetanos feito um cordão humano, conseguindo com isso, com essa luta (não se resignando) que fosse alterada essa

intenção e que os referidos ensaios balísticos passassem a ser feitos mais longe da vila, pelo que, hoje em dia, raramente se ouve algum barulho.

Posteriormente referiu que compõe o órgão colegial executivo, como eleito da CDU, não como eleito pelo PCP e que reiterava tudo o que tinha dito, dado que, enquanto os outros países instalam os seus novos aeroportos a 30/40 km dos centros urbanos, em Portugal já há um e alegadamente irá ter outro.

Salientou que, quando falou em interesses, não falou em interesses pessoais, estava sim a falar em interesses superiores, de quem gere os aeroportos, como a empresa Vinci e a ANA que têm muito mais interesse em fazer o aeroporto na BA6 do que no Campo de Tiro de Alcochete (porque para si será sempre Campo de Tiro de Alcochete), porque aparentemente e alegadamente é mais barato e mais rápido.

A CDU não ficará responsável por um não investimento na região. Todos aqueles que são a favor deste aeroporto é que ficarão responsáveis pelo facto de a região e nomeadamente Alcochete deixar de ser aquilo que é. A CDU ficará conectada e responsável é por sempre querer e lutar por ter o aeroporto mais longe de Alcochete e que não seja um espaço resignado ou limitado a 10 ou 20 anos, mas sim, uma coisa de futuro e que sempre pugnou pelo bem-estar das suas populações.

O senhor vereador Vasco Pinto referiu que esta discussão é pertinente, por se tratar de um projeto de grande envergadura que certamente trará impactos positivos e negativos às várias populações de proximidade com a nova solução aeroportuária e que seguramente se irá voltar a discutir este tema em vários órgãos.

Salientou que o aeroporto na BA6 foi uma decisão de um Governo PSD/CDS, mais concretamente do Ministro da Economia, Manuel Pires de Lima sendo que a câmara apenas foi chamada a pronunciar-se sobre a Avaliação do Impacte Ambiental. E, quando votou favoravelmente o Caderno de Encargos e a posição assumida pelo município, nunca em momento algum se sentiu constrangido pelo projeto ter sido aprovado e sugerido pelo Governo PSD/CDS e por um ministro do CDS, como

também nunca se sentiu limitado nas suas opções por aquilo que era a opinião do senhor presidente da câmara e dos seus colegas vereadores do executivo.

Efetivamente discutiram e avaliaram os problemas como um todo e cada um pensou pela sua cabeça tendo toda a liberdade de votar em consonância com aquilo que entendiam. Na altura, teve a oportunidade de apresentar uma declaração de voto que no essencial reflete a sua opinião sobre o assunto.

De seguida, referiu que concorda na íntegra com a comunicação efetuada e pelo proposto pelo senhor presidente, reservando-se o direito de se pronunciar sobre a localização do aeroporto quando for convidado. Saliou que tem a sua opinião pessoal e que também já teve a oportunidade de avaliar dentro do CDS Alcochete o assunto. Respeitará sempre aquilo que é o pensamento de cada um, mas no exercício das suas funções como vereador entende que (até porque não é a primeira vez que é feito um referendo à população ou um pedido de pronúncia por parte da população, até por assuntos de menor importância), que o mesmo deve ser feito, pese embora não tenha um parecer vinculativo, mas tem uma posição que marca aquilo que será a vontade da maioria da população. Certamente existirão muitas pessoas a favor, como muitas contra. Assim, considera que essa é a melhor forma que um executivo tem para tomar uma posição, esperando que aconteça esse momento, para a população se poder pronunciar e com a pronúncia do povo, se faça a vontade deste (seja o senhor presidente a favor ou contra). Respeite-se a vontade do povo, com a câmara municipal a assumir uma posição que considera que é o exercício da democracia, da liberdade e da cidadania, porquanto se deve trazer cada vez mais, as pessoas para a decisão dos órgãos e promover a cidadania das mesmas.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares referiu compreender que para muitos, a questão do aeroporto, se resume ao tudo ou nada e ao sim ou não. No entanto, considera que os eleitos da CDU devem pensar também nas pessoas que estão a favor. O executivo não deve manifestar as suas opiniões pessoais, essas, cada um deve guardar para si e registá-la no dia em que for chamado a votar de acordo com a sua consciência. Na sua opinião e dado que este é um projeto irreversível, todas

as pessoas se devem manifestar quanto a este ponto, considerando assim, que o executivo está a agir de forma séria para que o povo continue a confiar nele.

Salientou que, embora o senhor vereador Jorge Giro afirme que está a representar a CDU, como não reconhece ninguém dos “Verdes”, identifica os eleitos como sendo do PCP.

O senhor vereador Jorge Giro afirmou que, apesar da senhora vereadora não reconhecer ou conhecer alguém dos “Verdes”, os mesmos foram eleitos pela CDU e é nessa condição que ali estão. No Parlamento existe um acordo em que, após eleitos se separam, existindo por isso a bancada do PCP e a bancada dos “Verdes”, mas nas autarquias isso não acontece. É CDU aqui e em todo o país.

Depois referiu que só se lembrava de ter havido uma consulta pública à população, mas considera que neste caso, que como já foi dito, a localização já está definida, pelo que, é apenas uma opinião, que não vai ter qualquer consequência prática.

O senhor presidente referiu que, sendo a primeira vez ou não, a população será ouvida, se formalmente o Governo ou um organismo colocar a questão ao município, ou seja, o executivo não se pronunciará sem ouvir a população, sendo que cada um dos que compõem o executivo tem a sua opinião e votará.

Por não dizer que é contra a instalação do aeroporto na BA6, isso não é sinónimo que seja a favor.

De seguida, o senhor presidente propôs a inclusão do seguinte ponto no período da Ordem do Dia: “Isenção do pagamento de taxas de utilização dos *Court's* de Ténis do Parque Desportivo do Valbom”

A sua inclusão foi aceite, ficando a constar como ponto 3.5.

ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €8.486.571,64 (oito milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, quinhentos e setenta um euros e sessenta e quatro cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente da câmara informou que, entre os dias entre os 19/02/2020 e 03/03/2020, autorizou o pagamento da despesa no montante de €665.715,53 (seiscentos e sessenta e cinco mil, setecentos e quinze euros e cinquenta e três cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 464 ao 605.

A Câmara tomou conhecimento.

3. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:

3.1 Procedimento de Concurso Público para a “Empreitada de Modernização do Mercado Municipal” – Proc.º I-04/20/CP:

- **Ratificação da decisão do senhor presidente da câmara de Pronúncia sobre os Erros e Omissões/Aprovação do novo Mapa de Quantidades de Trabalho**

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Em conformidade com o proposto pelo júri do supra mencionado procedimento (anexo I), propõe-se para deliberação a ratificação da decisão do senhor presidente

da câmara, em conformidade com o disposto no n.º 3, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assim proponho, submeter á aprovação do órgão executivo:

- Ratificação da decisão do senhor presidente da câmara de Pronúncia sobre os Erros e Omissões/Aprovação do novo Mapa de Quantidades de Trabalho.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Anexo I como **Doc. 1**.

3.2 Procedimento de Concurso Público para a “Aquisição de Serviços de Seguros” - Processo n.º 168/20:

- **Ratificação da decisão do senhor presidente da câmara de Pronúncia sobre os Erros e Omissões/Aprovação de Alterações no Programa de Concurso e Caderno de Encargos**

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Em conformidade com o proposto pelo júri do supra mencionado procedimento (Doc. I e Doc. II), propõe-se para deliberação a ratificação da decisão do senhor presidente da câmara, em conformidade com o disposto no n.º 3, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assim proponho, submeter á aprovação do órgão executivo:

- Ratificação da decisão do senhor presidente da câmara de Pronúncia sobre os Erros e Omissões/Aprovação de Alterações no Programa de Concurso e Caderno de Encargos.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar os Documentos I e II como **Doc. 2**.

3.3 Procedimento de Concurso Público para a “Empreitada de Reabilitação de Equipamento de Utilização Coletiva – Polidesportivo de Alcochete” – Proc.º I-50/19/CP: Caducidade de Adjudicação - Pronúncia (Audiência Prévia)

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«1 – Em 26 de fevereiro de 2020, procedeu-se à notificação das adjudicatárias – URBEHYDRAULIC, Lda. e GASPENA & MARQUES – Construções e Remodelações, Lda. sobre a caducidade da adjudicação, concedendo-lhes um prazo de 10 dias para se pronunciarem por escrito (anexo I);

2 – Na mesma data, as adjudicatárias pronunciaram-se, com o envio da respetiva garantia bancária e declaração que atesta que a não prestação de caução no prazo estabelecido, 26 de fevereiro de 2020, não lhes é imputável (anexo II).

Assim proponho, aceitação da pronúncia exercida pelas adjudicatárias.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Anexo I e Anexo II como **Doc. 3**.

3.4 Aprovação do Mapa de Fluxos de Caixa 2019

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Refere o n.º 6, do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 11 de setembro que “Sem prejuízo dos n.ºs 1 e 2, a parte do saldo de gerência da execução orçamental consignado pode ser incorporada numa alteração orçamental, com a aprovação

do Mapa dos Fluxos de Caixa pelo órgão executivo, em momento anterior ao da aprovação dos documentos de prestação de contas.”

A 31 de dezembro último, procedeu-se ao encerramento das operações de natureza orçamental, relativas ao exercício económico de 2019, tendo-se apurado no Mapa dos Fluxos de Caixa, um saldo orçamental para a gerência seguinte, de acordo com os seguintes valores:

É ainda de referir, que o saldo de gerência orçamental para o ano de 2020 no montante de €8.595.809,03 inclui o valor de €2.266.543,67 de saldo de gerência orçamental consignado.

Assim proponho:

A aprovação do Mapa de Fluxos de Caixa referente ao exercício económico de 2019, apresentado em anexo, nos termos do ponto 7.5 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, no qual consta o saldo de gerência para o ano de 2020, no montante de €8.595.809,03. Este saldo inclui o valor de €2.266.543,67, referente a saldo de gerência orçamental consignado, devendo o mesmo ou parte dele, ser considerado numa próxima alteração orçamental, nos termos do disposto do n.º 6, do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 11 de setembro.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por maioria, com 5 votos a favor (3 do PS, 1 do CDS e 1 do PSD) e 2 abstenções da CDU, bem como, anexar o Mapa de Fluxos de Caixa como **Doc. 4**.

O senhor vereador Estêvão Boieiro fez a seguinte declaração de voto, em nome da CDU:

«Por considerar o assunto um ato de gestão e em consonância com deliberações anteriores, abstêm-se.»

3.5 Isenção do pagamento de taxas de utilização dos Courts de Ténis do Parque Desportivo do Valbom

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Ténis Clube de Alcochete leva a efeito uma iniciativa desportiva no dia 8 de março de 2020, aberta a toda a população do concelho de Alcochete, com o intuito de comemorar o “Dia Internacional da Mulher”.

Reconhecendo o superior interesse municipal desta iniciativa, propõe-se que a câmara municipal delibere conceder a isenção das taxas de utilização dos *courts* de ténis do parque desportivo do Valbom, nos termos das alíneas a) e b), do n.º 2, do artigo 9.º do Regulamento das Taxas Municipais, publicado em “Diário da República” 2.ª Série, de 3 de dezembro de 2010, como segue:

Valor total da isenção: €10,00 (dez euros).

Submete-se a presente proposta a deliberação da Câmara Municipal.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4. Apoios financeiros

Não foram apresentadas propostas

5. Informações

- Pela senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares foram apresentadas as seguintes informações:

– **Desfile de Carnaval 2020**

«Dando continuidade ao que já vem sendo tradição há alguns anos, no dia 21 de fevereiro realizou-se o desfile de Carnaval, na freguesia de Alcochete, com a participação da Fundação João Gonçalves Júnior, Colégio Quinta do Concelho, C.I.R.E. e o Planeta Brilhante, contando com a presença de cerca 320 participantes.

Os desfiles contaram com acompanhamento musical e a comunidade assistiu com entusiasmo e alegria este momento que já faz parte da vida de Alcochete e no qual as crianças enchem as ruas de cor e brilho com as suas fantasias.

Importa ainda fazer referência à inestimável colaboração da Guarda Nacional Republicana que garantiu a segurança dos participantes.»

A Câmara tomou conhecimento.

- Pelo senhor vereador Vasco André Marques Pinto foram apresentadas as seguintes informações:

– **Atividades do Setor de Cultura: Fevereiro 2020**

«1. Atividades para o público em geral

Exposição Memórias do Tejo de Rui da Rosa

Local: Fórum Cultural de Alcochete

Públicos: 138

Formações TIC (tecnologias de informação e comunicação)

Locais: Biblioteca de Alcochete e Biblioteca da Junta de Freguesia de Samouco

Dias: 4, 5, 7, 11, 12, 14, 18, 19, 21, 26 e 28

Sessões: 18

Públicos: 76

Ateliê de escrita criativa: #2 Binómio fantástico

Local: Biblioteca de Alcochete

Dia: 8

Públicos: 9

Domingo no Museu (visita guiada ao Núcleo Sede)

Local: Núcleo Sede do Museu Municipal

Dia: 23

Públicos: 5

Mr. Mouse tira dúvidas...

Local: Biblioteca de Alcochete

Dia: 26

Públicos: 3

2. Atividades para públicos escolares

O Foral

Local: Núcleo Sede do Museu Municipal

Dia: 3

Públicos: 20 (2.º ciclo do ensino básico)

Do Paleolítico aos Romanos

Local: Núcleo Sede do Museu Municipal

Dias: 4, 5 e 12

Sessões: 3

Públicos: 86 (3.º ciclo do ensino básico)

Crescer na Cidadania: brincando aos crescidos para construir um futuro melhor

Local: Biblioteca de Alcochete

Dias: 5, 11, 12 e 13

Sessões: 7

Públicos: 134 (1.º ciclo do ensino básico)

Concurso Nacional de Leitura – fase municipal

Local: Biblioteca de Alcochete

Dia: 6

Públicos: 37

Sabor a Sal

Local: Núcleo Sede do Museu Municipal

Dias: 6 e 7

Sessões: 2

Públicos: 52 (1.º ciclo do ensino básico)

A Corte em Alcochete

Local: Núcleo Sede do Museu Municipal

Dias: 10, 11, 17, 20, 21 e 28

Sessões: 6

Públicos: 138 (2.º ciclo do ensino básico)

Sal *Made in* Alcochete

Local: Núcleo Sede do Museu Municipal

Dias: 13 e 14

Sessões: 2

Públicos: 49 (1.º ciclo do ensino básico)

Encontro intergeracional Fala-me de amor...

Local: Biblioteca Escolar e Comunitária de São Francisco

Dia: 14

Públicos: 65 (1.º ciclo do ensino básico)

(atividade integrada no plano anual de cooperação da Rede de Bibliotecas de Alcochete)

Um Passeio em Alcochete: Passeio dos largos

Local: Núcleo antigo da vila de Alcochete

Dia: 18

Públicos: 22 (1.º ciclo do ensino básico)

Dia Internacional da *Internet Segura*

Local: Escola Básica do 1.º Ciclo de Samouco

Dia: 20

Públicos: 23 (1.º ciclo do ensino básico)

Animação do livro e da leitura O lobo que queria mudar de cor

Local: Fundação João Gonçalves Júnior

Dia: 27

Sessões: 3

Públicos: 66 (creche)

Animação do livro e da leitura Tanto, tanto

Local: Fundação João Gonçalves Júnior

Dias: 27 e 28

Sessões: 3

Públicos: 33 (creche)

3. Atividades para famílias

No 1.º sábado de casa mês... Era uma Vez! – As personagens: histórias de cupidos e fadas engraçadas

Local: Biblioteca de Alcochete

Dia: 1

Sessões: 2

Públicos: 62

Projeto de Literacia Familiar e da Saúde Conto Contigo

Local: Escola Básica do 1.º Ciclo do Passil e Jardim de Infância de Samouco

Dias: 5 e 18

Sessões: 2

Públicos: 25

(projeto em parceria com o Agrupamento de Escolas de Alcochete e o Centro de Saúde de Alcochete)

Quem conta um conto acrescenta e pronto

Local: Centro Social do Passil

Dia: 22

Públicos: 2

Teatro musical Flautista de Hamelin, pelo Teatro Bocage

Local: Fórum Cultural de Alcochete

Dia: 29

Públicos: 75

(integrado no programa Sábados Gigantes para Gente Miúda)

4. Atividades para crianças e jovens

Tinóni dos livros

(atividade dirigida às crianças dos Hospitais Garcia de Orta e N.ª Sr.ª do Rosário)

Locais: Hospital N.ª Sr.ª do Rosário (Barreiro)

Dia: 26

Públicos: 19

5. Atividades para seniores

Formação TIC (UNISFA – Universidade Sénior de São Francisco de Assis)

Local: Junta de Freguesia de São Francisco

Dias: 6, 13, 20 e 27

Sessões: 2

Públicos: 52.»

A Câmara tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Não se registaram intervenções.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 19:40 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Carla Sofia Oliveira, técnica superior, subscrevo e assino.